

INDICES FISCAIS

EXERCÍCIO	2020
FONTE DE PESQUISA DOS ÍNDICES DE INFLAÇÃO	www.debit.com.br/indices cumulados FUNDAÇÃO SEADE Diretrizes 2020 - Município de São Paulo
INFLAÇÃO EXERCÍCIO DE 2.016	6,55 %
INFLAÇÃO EXERCÍCIO DE 2.017	2,95 %
INFLAÇÃO EXERCÍCIO DE 2.018	2,99 %
INFLAÇÃO PROJETADA EXERCÍCIO DE 2.019	4,25 %
INFLAÇÃO PROJETADA EXERCÍCIO DE 2.020	3,75 %
INFLAÇÃO PROJETADA EXERCÍCIO DE 2.021	3,75 %
INFLAÇÃO PROJETADA EXERCÍCIO DE 2.022	4,06 %
MARGEM DE ERRO DA INFLAÇÃO	2% PARA MAIS OU MENOS
CRESCIMENTO ECONÔMICO	2,7 %

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA RECEITAS (Artigo 4º - Parágrafo 1º e 2º)

As receitas para o Exercício de 2019 foram estimadas considerando as receitas arrecadadas nos últimos três anos e o comportamento da arrecadação até Setembro do ano corrente. Então projetamos uma arrecadação de **Receita Tributária Bruta** para 2.020 no montante de **R\$ 18.211.000,00** (dezoito milhões, duzentos e onze mil reais), deduzindo a estimativa de **Renúncia de Receita** no montante de **R\$ 317.000,00** (trezentos e dezessete mil reais), ficando assim uma **Receita Tributária Líquida aproximada de R\$ 17.894.000,00** (dezessete milhões, oitocentos e noventa e quatro mil reais).

Foram ponderadas as peculiaridades que afetam o desempenho de cada fonte de receita, utilizando-se os principais índices econômicos na elaboração da **Lei do Orçamento para o Exercício de 2.020**, receitas que resumidamente demonstramos a seguir:

Receita Tributária:

- **ISS** – Imposto relacionado com o nível de atividade econômica, porém, observando os exercícios anteriores, há uma variação desequilibrada, ficando difícil estimar tal imposto. Sendo assim, utilizamos a tendência da inflação, e também a expansão do perímetro urbano para os próximos exercícios, melhorando assim a arrecadação.

ANO	VALOR ARRECADADO /PROJETADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2016	7.721.522,48	-
2017	8.562.146,91	10,89
2018	8.934.884,60	4,34
2019*	9.400.000,00	5,02
2020	10.000.000,00	6,38
2021	10.600.000,00	6,0
2022	11.250.000,00	6,0

*VALOR ATUALIZADO

- **IPTU** – Quanto ao IPTU em 2019 foi contratada empresa especializada para realização do levantamento imobiliário, também houve o Concurso Público com o chamamento de novos fiscais de posturas. Portanto, embora a arrecadação de 2018 com 2019, teve uma projeção em queda, devido aos fatores acima estamos projetando uma expectativa melhor da arrecadação do IPTU, apostando no crescimento econômico através dos ajustes que serão realizados com o Recadastramento e Novos Cadastramentos de Imóveis. Dessa forma é razoável estimar a arrecadação do IPTU para 2020, 2021 e 2022, pela média ponderada dos últimos três exercícios:

ANO	VALOR ARRECADADO /PROJETADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2014	1.913.752,16	8,14
2015	2.100.415,24	9,75
2016	2.357.769,64	12,24
2017	2.743.394,46	16,38
2018	3.160.159,88	15,20
2019*	3.400.000,00	7,60
2020	3.800.000,00	13,0
2021	4.300.000,00	13,0
2022	4.859.000,00	13,0

*VALOR ATUALIZADO

- **Demais Impostos e Taxas** – foram utilizados a média da inflação dos índices IPC (Fipe), IGP-M (FGV), INPC (IBGE) e IPCA (IBGE), mais a pequena projeção de crescimento econômico, ficando em torno de R\$ 4.094.000,00 (quatro milhões, noventa e quatro mil reais).

Receita de Contribuições: compreende a receita proveniente da CIP – Contribuição de Iluminação Pública. A receita estimada considerou a receita arrecadada no Exercício de 2.018 e arrecadada até Setembro/2019, acrescida da média da inflação, ficando em torno de R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais).

Receitas Patrimoniais: a projeção desse grupo de receitas levou em consideração o período um pouco mais longo em que os recursos ficam aplicados sem utilização, o provável superávit financeiro que ocorrerá em 2019, a celebração de vários convênios, e principalmente a demora do desfecho das licitações ocasionando os recursos ficarem aplicados um tempo maior. A previsão ficou em torno de R\$ 478.000,00 (quatrocentos e setenta e oito mil reais) para o Exercício de 2.020.

Transferências Correntes: Recursos provenientes do Estado e da União, de natureza constitucional, legal ou voluntária; convênios firmados com Secretarias e Ministérios e ainda Transferências Intergovernamentais como o FUNDEB. Destacam-se neste grupo:

F.P.M. – Fundo de Participação dos Municípios

Foi estimado em função da arrecadação dos últimos exercícios e o arrecadado até Setembro/2019, corrigida pela taxa de inflação e crescimento econômico do país. Passada a crise econômica, acredita-se que tenhamos um crescimento real médio em torno de 8,0% (por cento).

ANO	VALOR ARRECADADO /PROJETADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2014	15.409.504,79	7,1
2015	16.32.933,19	5,93
2016	18.941.183,26	16,03

2017	18.276.757,73	- 3,5
2018	19.470.307,48	6,53
2019*	21.500.000,00	10,43
2020	23.000.000,00	8,00
2021	24.800.000,00	8,00
2022	26.800.000,00	8,00

*VALOR ATUALIZADO

COTA-PARTE DO ICMS:

O ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, como poderá ser observado nos últimos anos tem uma variação irregular não podendo ser considerado para apuração dos próximos exercícios a média de arrecadação dos exercícios anteriores. Portanto, acreditando na retomada do crescimento a partir de 2019 e acentuando para os próximos exercícios, estimamos pela média de inflação mais o crescimento econômico ficando em torno de 5,5 % (por cento) ao ano.

ANO	VALOR ARRECADADO /PROJETADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2014	25.904.303,60	5,21
2015	31.160.233,90	20,29
2016	32.243.389,83	3,5
2017	32.324.330,43	0,3
2018	33.976.341,41	5,11
2019*	33.600.000,00	- 1,1
2020	35.300.000,00	5,5
2021	37.400.000,00	5,5
2022	39.500.000,00	6,5

*VALOR ATUALIZADO

COTA-PARTE IPVA:

Apesar desta fonte de receita ter apresentado uma evolução acima dos índices de inflação, ela é bastante irregular, não oferecendo segurança para projetar sua arrecadação.

Avaliamos o comportamento dos valores arrecadados no último exercício e o arrecadado em 2.019, e acreditamos que o período de crise e queda já amenizou. Portanto, há probabilidade de aumento do IPVA para os próximos exercícios.

ANO	VALOR ARRECADADO/PROJE TADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2014	2.440.778,46	18,62
2015	2.747.688,35	12,58
2016	2.607.181,73	- 5,0
2017	2.593.612,27	-0,5
2018	3.083.041,45	18,90
2019*	3.300.000,00	3,80
2020	3.500.000,00	5,5
2021	3.700.000,00	5,5

2022	3.900.000,00	5,5
*VALOR ATUALIZADO		

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS:

As Transferências de Recursos do SUS vêm modestamente aumentando em decorrência de algumas ampliações de serviços básicos, principalmente com as novas contratações de agentes comunitários de saúde, com um melhor faturamento nas ações da saúde e pontuação de novos programas. Para 2020, 2021 e 2022, projetamos a evolução dessa receita considerando uma inflação anual de 3% (por cento) ao ano, ficando o montante de **R\$ 4.820.000,00** (quatro milhões, oitocentos e vinte mil reais) como previsão para 2020.

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEB:

As transferências de recursos do FUNDEB têm apresentado até 2016 uma evolução decrescente tendo em vista a diminuição de alunos em idade escolar do ensino fundamental. Todavia, com relação aos alunos do ensino infantil haverá uma melhoria na questão ampliação do atendimento em creche, devido à construção de 02 Creches com término aproximado em 2020, portanto, estima-se um aumento nos recursos do FUNDEB, a saber:

ANO	VALOR ARRECADADO /PROJETADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2014	12.105.547,81	3,22
2015	12.446.468,80	2,82
2016	12.351.709,53	-0,6
2017	13.675.557,49	10,72
2018	14.836.055,16	8,49
2019*	16.000.000,00	7,85
2020	17.000.000,00	8,0
2021	18.600.000,00	8,0
2022	20.100.000,00	8,0

*VALOR ATUALIZADO

CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

Quanto ao CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, projetamos a receita com base nas arrecadações dos últimos exercícios. Observamos que a arrecadação caiu no Exercício de 2015, 2017 e voltou a cair em 2019, tornando irregular sua arrecadação, prejudicando a estimativa, sendo assim estamos estimando uma arrecadação modesta, variando de 0% a 3,5 % por ano.

ANO	VALOR ARRECADADO /PROJETADO – R\$	PERC./ VARIAÇÃO %
2014	2.905.401,12	11,08
2015	2.354.571,97	-19,0
2016	3.287.021,21	39,63
2017	2.936.451,31	-10,5
2018	2.999.429,28	2,15
2019*	2.500.000,00	-13,0
2020	2.500.000,00	0
2021	2.600.000,00	3,5
2022	2.650.000,00	3,5

*VALOR ATUALIZADO

OUTRAS RECEITAS CORRENTES:

Devido às alterações no ementário/plano de contas da receita, a dívida ativa, multa se juros passaram a ser classificadas juntamente com a receita principal, IPTU, ISS, ITBI no plano contábil 1100.00.0.0.00.00. Ficando, no grupo das outras receitas correntes apenas indenizações, restituições e receitas diversas, tornando difícil sua estimativa, todavia estamos levando em consideração as arrecadações dos últimos anos e prevendo receber em torno de **R\$ 442.000,00** (quatrocentos e quarenta e dois mil reais).

RECEITAS DE CAPITAL:

As receitas de capital com origem em alienação de bens, operações de créditos e convênios, apresentam um comportamento extremamente irregular, não permitindo utilizá-lo como indicativo para projeção. O critério aqui adotado se baseia nas decisões tomadas em reuniões e audiência pública realizada para definir as prioridades e metas que serão incluídas na LDO.

Como os recursos originários do Município não são suficientes para atender as prioridades e metas aprovadas, a alternativa é buscar parcerias com o Governo Federal e Estadual através de convênios, contratos de repasse entre outros, vinculando à realização dessas prioridades a efetivação do ingresso desses recursos no Caixa do Tesouro Municipal. Neste sentido e em conversação com o Setor de Convênios, obtivemos algumas propostas lançadas nos sistemas e estimamos uma Receita de Capital para 2020 no montante de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS PARA DESPESAS (Artigo 4º - Inciso I, parágrafo 1º e 2º)

Na projeção das despesas para o triênio 2020 – 2022, considerou inicialmente os gastos que vêm sendo efetuados no exercício corrente, acrescidos de uma inflação em torno de 3,5 a 4,06% (por cento). Também priorizando a manutenção da Administração Municipal, com ênfase na aplicação do ensino e saúde.

Quanto á dívida á longo prazo do Município há inscrito 10 precatórios com valor aproximado de **R\$ 900.000,00** (novecentos mil reais), sendo todos referentes às ações trabalhistas. Não há conhecimento de outras dívidas á longo prazo até a presente data de elaboração e apresentação do Orçamento Anual para 2020.

Quanto aos investimentos foram respeitadas as ações planejadas no PPA e revistos apenas metas físicas e financeiras. As metas contempladas estão vinculadas ao recebimento de convênios a serem firmados com Governo Federal e Estadual. Caso não se concretize tais receitas os investimentos serão readequados aos próximos anos ou de acordo com a necessidade e modificações apresentadas por cada unidade orçamentária responsável pelas metas e prioridades.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DÍVIDA E RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO ART. 4º, Parágrafo 1º da Lei Complementar Nº 101/2000

Especificação	2020	2021	2022
Precatórios Inscritos e Não Pagos	900.000,00	800.000,00	600.000,00
RPV e Outras Sentenças	120.000,00	200.000,00	200.000,00
Dívida Consolidada			
Resultado Nominal	1.020.000,00	1.000.000,00	800.000,00

NOTA EXPLICATIVA:

1 – Na questão da Dívida Pública Consolidada, foi apresentado 10 Precatórios no Exercício de 2.019 e permanece 01 dívida por determinação jurídica de equiparação salarial para auxiliar de enfermagem. As demais sentenças judiciais de pequeno valor tiveram como base o pagamento nos exercícios anteriores.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 4º, Parágrafo 1º da Lei Complementar Nº 101/2000

RECEITAS	2020 – R\$	2021 – R\$	2022 – R\$
RECEITA TOTAL	107.000.000,00	111.000.000,00	114.000.000,00
(-) Aplicações Financeiras	478.000,00	805.000,00	845.000,00
(-) Receitas de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
(-) Receitas de Alienação de Ativos	0,00	0,00	0,00
I - RECEITAS PRIMÁRIAS	106.522.000,00	110.195.000,00	113.155.000,00
DESPESA TOTAL	107.000.000,00	111.000.000,00	114.000.000,00
(-) Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) RISCOS FISCAIS	2.500.000,00	2.500.000,00	2.500.000,00
II – DESPESAS PRIMÁRIAS	104.500.000,00	108.500.000,00	111.500.000,00
III – RESULTADO PRIMÁRIO (I – II)	2.022.000,00	1.695.000,00	1.655.000,00

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA RECEITA E DA DESPESA

ART. 4º, Parágrafo 1º da Lei Complementar Nº 101/2000

RECEITAS	2020 – R\$	2021 – R\$	2022 – R\$
RECEITA TOTAL	107.000.000,00	111.000.000,00	114.000.000,00
• RECEITAS CORRENTES	115.058.000,00	120.109.000,00	125.333.000,00
Receita Tributária	17.894.000,00	18.113.000,00	19.018.000,00
Receita de Contribuições	750.000,00	803.000,00	850.000,00
Receita Patrimonial	478.000,00	805.000,00	845.000,00
Transferências Correntes	95.494.000,00	100.026.000,00	104.030.000,00
Outras Receitas Correntes	442.000,00	362.000,00	590.000,00
Deduções p/ Form. FUNDEB	-12.058.000,00	-12.709.000,00	-13.333.000,00
• RECEITAS DE CAPITAL	4.000.000,00	3.600.000,00	2.000.000,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienações de Bens	100.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.900.000,00	3.600.000,00	2.000.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
DESPESA TOTAL	107.000.000,00	111.000.000,00	114.000.000,00
• DESPESAS CORRENTES	100.548.000,00	103.500.000,00	106.350.000,00
Pessoal e Encargos	50.733.500,00	52.700.000,00	54.850.000,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	49.814.500,00	50.800.000,00	51.500.000,00
• DESPESAS DE CAPITAL	5.937.000,00	7.500.000,00	7.650.000,00
Investimentos	5.937.000,00	7.500.000,00	7.650.000,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	515.000,00	537.000,00	560.000,00
--------------------------------	-------------------	-------------------	-------------------

NOTA EXPLICATIVA: A Receita para 2022 foi prevista com um percentual de 5% de inflação.

NOTA EXPLICATIVA: As despesas com pessoal foi calculado com uma margem das perdas inflacionárias de 3% (por cento)

ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
(LRF, Art. 4º, Parágrafo 3º)

MUNICÍPIO: **CAJATI**

EXERCÍCIO: **2.020**

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor – R\$	Descrição	Valor – R\$
Frustrações de Arrecadação e Discrepâncias de Projeções	1.590.000,00	Limitação de Empenho	1.985.000,00
Restituição de Tributos	160.000,00		
Epidemias, enchentes e outras situações de calamidade pública	150.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a Partir da Reserva de Contingência	515.000,00
Demandas Judiciais	600.000,00		
TOTAL	2.500.000,00	TOTAL	2.500.000,00

FONTE: Departamento de Finanças e Tributação.

DETALHAMENTO

Em conformidade com o que dispõe o Parágrafo 3º, do Artigo 4º, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de Maio de 2.000, este Anexo tem como objetivo a identificação de passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar o **equilíbrio das contas públicas**, bem como as providências a serem tomadas caso estes vierem a se concretizar no decorrer do Exercício Financeiro de 2.020.

Na questão de riscos orçamentários, há possibilidade de frustração na parte de arrecadação, taxa de inflação ou fatos novos e imprevisíveis à época da elaboração da lei orçamentária. Além de divergências entre parâmetros estimados e parâmetros efetivos que poderão ocasionar mudanças econômicas que influenciarão no montante de recursos arrecadados e na execução das despesas. Portanto, e diante deste fato, estimamos o valor de **R\$ 1.590.000,00** (hum milhão, quinhentos e noventa mil reais), como impacto redutivo na arrecadação da receita.

O **Município de Cajati**, já apresentou em outros exercícios, problemas da ordem de enchentes, ventanias, que ocasionaram desmoronamento de encostas e destelhamento de casas da zona rural e urbana c/ famílias desabrigadas, havendo assim, a necessidade de apoio às famílias, contratação de máquinas e outros equipamentos, serviços e materiais de higiene e limpeza, para regularização da situação. E também, nas ações da saúde no caso de Epidemias, entre outros que ocasionem soluções e gastos imediatos. Neste sentido estamos reservando o valor de **R\$ 150.000,00** (cento e cinquenta mil reais).

Quanto às condenações, desapropriações, multas e acordos judiciais, estão previstos no planejamento despesas c/ precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor – RPV informadas e de conhecimento da Administração Municipal, porém na avaliação de riscos teríamos que considerar em alguns casos estas ações que estão em tramitação ou ainda em fase de julgamento. Cumpre esclarecer que, em se tratando de demandas judiciais, nem sempre é possível estimar com clareza o montante devido em relação a futuras ou eventuais condenações. Por outro lado não há possibilidade de precisar com clareza quando ocorrerá o término de ações judiciais, haja vista que o tempo de tramitação de cada processo é variável, podendo durar vários anos. Por este motivo estamos provisionando o valor de **R\$ 600.000,00** (seiscientos mil reais) com base nas sentenças judiciais de pequena monta pagas nos exercícios anteriores. No sentido de nos resguardar caso ocorra tal risco.

Quanto aos outros riscos fiscais passivos implícitos, dado o caráter de sua imprevisibilidade inerente ao tipo de risco, é muito difícil identificá-lo ou estimá-lo. A possibilidade de sua ocorrência se amplia quando o setor financeiro encontra-se em situação de vulnerabilidade, se os sistemas de fiscalização são deficientes ou se não há suficiente acesso à informação.

Estamos reservando o valor de **R\$ 160.000,00** (cento e sessenta mil reais) para devolução de tributos cobrados indevidamente de acordo com processos administrativos em atendimento requerimentos de contribuintes diversos.

As medidas corretivas virão da reserva de contingência de 0,5% (meio por cento) da Receita Corrente Líquida do Município, no valor de **R\$ 515.000,00** (quinhetos e quinze mil reais) e também da limitação de empenhos no total de **R\$ 1.985.000.000,00** (hum milhão, novecentos e oitenta e cinco e cinco mil reais).

DEMONSTRATIVO IX

TERCEIRO SETOR

ENTIDADE	2.020 – R\$
ABRIGO JESUS, ESPERANÇA E VIDA – REC. ESTADUAL	60.000,00
ABRIGO JESUS, ESPERANÇA E VIDA – REC. FEDERAL	60.000,00
ABRIGO JESUS, ESPERANÇA E VIDA – REC. MUNICIPAL	496.554,00
APAE DE CAJATI – RECURSOS FEDERAIS – MAC SAÚDE	220.000,00
APAE DE CAJATI – RECURSOS MUNICIPAIS – EDUCAÇÃO	428.456,00
APAE DE CAJATI – RECURSOS MUNICIPAIS – SOCIAL	114.000,00
APAE DE CAJATI – RECURSOS ESTADUAIS	12.000,00
ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA PROJETO NOVA GERAÇÃO	239.600,00
TOTAL DE REPASSE PREVISTO	1.630.610,00

Solange Rosa
CRC Nº 15493949/0-3
Diretora do Depto. de Finanças

Departamento de Finanças 13/12/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJATI

LUCIVAL JOSÉ CORDEIRO
Prefeito Municipal
CPF: 090.010.278-06
RG: 16.168.967-X